



Dezembro 2023
N.º 05 | Ano 05

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA



Dezembro 2023
N.º 05 | Ano 05

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA



Dezembro 2023
N.º 05 | Ano 05

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA

Edição

Banco de Moçambique
Departamento de Análise Macroprudencial
Avenida 25 de Setembro
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 32 23 24/7 C. P. 423

Layout:

Gabinete de Comunicação e Imagem
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 421361

Impressão

Centro de Documentação e Informação
Banco de Moçambique
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 421361

Tiragem

500 exemplares

Prefácio

Ao abrigo da Lei n.º 1/92, de 3 de Janeiro, o Banco de Moçambique (BM) tem a missão de preservar o valor da moeda nacional e promover um sector financeiro doméstico robusto e inclusivo.

No âmbito dessa missão, o BM implementa a política macroprudencial, com o objectivo de assegurar que o sistema financeiro, com enfoque no sector bancário, mantenha níveis adequados de solvabilidade e liquidez, que permitam dar um contributo na resolução e gestão de crises, minimizando o risco sistémico global e garantindo, deste modo, a preservação da estabilidade financeira.

O BM define a estabilidade financeira como a manutenção de um sistema financeiro robusto, eficiente e resiliente a choques e desequilíbrios financeiros, que assegure a preservação da confiança dos agentes económicos e contribua para a mitigação do risco sistémico.

Para avaliar o risco sistémico, o BM baseia-se numa matriz quantitativa que apresenta a dinâmica do risco no sistema financeiro doméstico, visando medir a sua resiliência e permitir a tomada de medidas tempestivas.

O BM elabora o Boletim de Estabilidade Financeira como reforço da comunicação em matéria de estabilidade financeira entre o banco central e o público em geral. Nesta edição, destacam-se as principais vulnerabilidades e riscos no contexto macrofinanceiro doméstico, bem assim o desempenho do sistema financeiro moçambicano no primeiro semestre de 2023.

O Governador

Rogério Lucas Zandamela

Índice Geral

Sumário executivo	5
I. AMBIENTE MACROFINANCEIRO INTERNACIONAL.....	6
II. VULNERABILIDADES E RISCOS DO SISTEMA FINANCEIRO MOÇAMBICANO	8
2.1. Vulnerabilidades do sistema financeiro	8
2.2. Avaliação do risco sistémico.....	9
III. DESEMPENHO DO SISTEMA FINANCEIRO.....	14
3.1. Sector bancário	14
3.1.1. Níveis de concentração do sector bancário.....	14
3.1.2. Estrutura do balanço	14
3.1.3. Indicadores de solidez financeira	16
3.2. Sector de seguros	21
3.3. Mercado de Valores Mobiliários.....	22
IV. DECISÕES DE POLÍTICA MACROPRUDENCIAL.....	24
Glossário	26

Gráficos

Gráfico 1. Evolução do índice de risco sistémico	10
Gráfico 2. Evolução dos subíndices das categorias de risco sistémico (%)	10
Gráfico 3. Rubricas do activo.....	15
Gráfico 4. Rubricas do passivo e capitais próprios	16
Gráfico 5. Adequação de capital	17
Gráfico 6. Qualidade de crédito	17
Gráfico 7. Distribuição do NPL por sectores de actividade	17
Gráfico 8. Crédito, depósitos e rácio de transformação	18
Gráfico 9. Fontes de financiamento do sector bancário	19
Gráfico 10. Fontes de financiamento do sector bancário.....	19
Gráfico 11. Ciclos financeiro e de negócios em Moçambique	20
Gráfico 12. Produção global das seguradoras (variação homóloga).....	21
Gráfico 13. Contribuição dos sectores não vida (mil milhões de meticais).....	21
Gráfico 14. Contribuição dos sectores não vida (mil milhões de meticais).....	21
Gráfico 15. Produção global das empresas seguradoras (mil milhões de meticais)	22
Gráfico 16. Peso dos ramos não vida e vida na produção global de seguros	22
Gráfico 17. Capitalização bolsista (mil milhões de meticais).....	22
Gráfico 18. Peso dos diversos segmentos do MVM na capitalização bolsista.....	23
Gráfico 19. Peso do volume de transacções por categoria de valores mobiliários	23
Gráfico 20. Taxas de juros das obrigações cotadas na BVM e <i>prime rate</i>	24

Tabelas

Tabela 1. <i>Stock</i> da dívida pública (mil milhões de meticaís).....	9
Tabela 2. Concentração do sector bancário – Índice de Herfindahl-Hirschman	14
Tabela 3. Principais indicadores de rendibilidade.....	18
Tabela 4. Principais indicadores de liquidez (%)	18
Tabela 5. Emissões cotadas na BVM	23

Caixas

Caixa 4. Ciclos financeiro e de negócios em Moçambique	20
Caixa 5. Teste de esforço de solvência macroprudencial	25

Figuras

Figura 1. Quadro do BM para o STMaP.....	23
--	----

Anexos

Anexo 1. Principais indicadores de solidez financeira	29
---	----

Siglas

BM	Banco de Moçambique
D-SIBs	Bancos domésticos de importância sistémica
DTI	<i>Debt-to-income</i> (índice de dívida sobre o rendimento)
EUA	Estados Unidos da América
IHH	Índice de Herfindahl-Hirschman
ISSM	Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique
LTV	<i>Loan-to-value</i> (índice de empréstimo sobre o valor)
MVM	Mercado de Valores Mobiliários
NPL	<i>Non-performing loan</i> (rácio de crédito em incumprimento)
OT	Obrigações do Tesouro
PIB	Produto interno bruto
ROA	<i>Return on assets</i> (rentabilidade dos activos)
ROE	<i>Return on equity</i> (rentabilidade dos capitais próprios)

Sumário executivo

A consolidação da recuperação do crescimento económico no primeiro semestre de 2023, a reflectir a contínua melhoria da procura externa, aliada à execução de projectos energéticos, contribuiu para a manutenção do nível moderado de risco sistémico, num contexto doméstico e internacional marcado por vulnerabilidades e riscos. A instabilidade militar no norte de Cabo Delgado, os factores climáticos adversos e o nível de endividamento público interno influenciaram no desempenho do sistema financeiro e condicionaram a inclusão financeira, para além de limitar a capacidade das famílias e empresas de honrar com os seus compromissos.

O sector bancário manteve-se sólido e resiliente, com crescimento de resultados e níveis adequados de capitalização e liquidez, o que favoreceu a prevalência do risco sistémico no nível moderado. Ainda assim, o sector continuou a registar riscos decorrentes do agravamento dos níveis da dívida pública e da subida do rácio de crédito em incumprimento (NPL).

O **sector de seguros** mostrou-se igualmente resiliente face à conjuntura económica doméstica, o que foi evidenciado pelo incremento da produção global do sector, justificado pela evolução dos prémios nos segmentos vida e não vida.

No **mercado de valores mobiliários**, a capitalização bolsista registou um crescimento por conta do desempenho das obrigações do Tesouro (OT).

Para conter os riscos e mitigar as vulnerabilidades do sistema financeiro nacional, o BM decidiu manter todos os instrumentos da política macroprudencial. No período em análise, os amortecedores de conservação para os bancos domésticos de importância sistémica e quase sistémica mantiveram-se em 2,0% e 1,0%, respectivamente. Os requisitos macroprudenciais de empréstimos impostos às instituições de crédito (IC), designadamente o índice de empréstimo sobre o valor do bem dado como garantia (LTV) e o rácio de serviço da dívida sobre o rendimento do cliente (DTI), mantiveram-se com um limite máximo de 100%.

I. AMBIENTE MACROFINANCEIRO INTERNACIONAL

Os riscos para a estabilidade financeira global agravaram-se perante o aperto da política monetária e os eventos recentes de *stress* no sector bancário internacional.

O contexto macrofinanceiro internacional, no primeiro semestre de 2023, foi marcado por: (i) prolongamento e intensificação do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, (ii) taxas de juro de política monetária elevadas e (iii) desafios acrescidos decorrentes do *stress* bancário nos EUA e na Suíça, que provocaram perturbação adicional nos mercados financeiros internacionais.

O encerramento do Silicon Valley Bank e do Signature Bank de Nova Iorque nos Estados Unidos da América (EUA), bem como a incorporação do Credit Suisse¹ no UBS, levantaram preocupações sobre a estabilidade financeira nas economias avançadas e incrementaram o risco de contágio.

¹ Um banco global sistemicamente importante na Europa.

Adicionalmente, este cenário alimentou a aversão global ao risco, o que levou à transferência da carteira de activos financeiros mais arriscados para os considerados mais seguros.

Estas perturbações nos mercados financeiros internacionais aumentaram a volatilidade e o *stress* sistémico, com impacto na valorização dos títulos das instituições financeiras mais expostas ao risco da taxa de juro, com potencial para desencadear dificuldades de liquidez no sistema e se propagar a actividades não financeiras.

Nos EUA, para restaurar a confiança dos depositantes no sector bancário, os depósitos nos bancos afectados pelo *stress* foram integralmente garantidos. O Federal Reserve² contribuiu provendo liquidez ao sistema, por meio de empréstimos de redesconto e da criação do instrumento extraordinário de liquidez *Bank Term Funding Program*.

No Reino Unido, a ramificação doméstica de um dos bancos americanos encerrados foi adquirida por um banco global sistemicamente importante (G-SIB), sem apoio do governo.

² Banco central dos EUA.

Por outro lado, na Suíça, o apoio do banco central e do governo, na forma de garantias, empréstimos e linhas de liquidez, foi relevante na integração do Credit Suisse no UBS.

Apesar dos esforços das autoridades reguladoras para restaurar a confiança nos sistemas financeiros e evitar o contágio para outras instituições e jurisdições, prevalecem incertezas, nas economias avançadas, sobre os impactos dos recentes eventos que afectaram o sector bancário.

Estas economias mantêm a narrativa de que os seus sistemas financeiros continuam resilientes, bem capitalizados e possuem instrumentos para actuar perante ameaças à estabilidade financeira, transmitindo sinais de confiança para os demais sistemas financeiros, relutantes com o risco de contágio.

Na África do Sul, o semestre foi marcado pelo incremento do risco sistémico, como resultado do aperto da política monetária e inflação elevada, com impacto sobre o sistema financeiro.

Adicionalmente, factores idiossincráticos domésticos contribuíram para o aumento do risco sistémico durante o período em análise.

O sistema financeiro sul-africano continuou a funcionar, apesar do ambiente operacional cada vez mais desafiador.

O sector bancário permaneceu resiliente, o que é medido pela capacidade agregada das instituições de manter capital e liquidez adequados para absorver o impacto dos choques.

II. VULNERABILIDADES E RISCOS DO SISTEMA FINANCEIRO MOÇAMBICANO

O primeiro semestre de 2023 foi marcado pela consolidação da recuperação do crescimento económico, a reflectir a contínua melhoria da procura externa, aliada à execução de projectos energéticos.

Este desempenho da economia contribuiu para a manutenção do nível moderado do risco sistémico, num contexto doméstico e internacional marcado por vulnerabilidades e riscos.

2.1. Vulnerabilidades do sistema financeiro

A evolução da conjuntura económica doméstica contribuiu para o desempenho positivo do sistema financeiro, ainda que persistam vulnerabilidades passíveis de afectar a estabilidade financeira, designadamente: instabilidade militar no norte de Cabo Delgado, factores climáticos adversos e o nível de endividamento do sector público.

- **A instabilidade militar no norte de Cabo Delgado** prevaleceu no primeiro semestre de 2023, com registo

de focos de insegurança em alguns pontos da província.

No período em análise foram reportados avanços na restauração da segurança nas zonas assoladas pelo terrorismo, mas não o suficiente para influenciar a retirada da suspensão do desenvolvimento em terra do projecto Mozambique LNG – TotalEnergies.

A instabilidade militar no norte de Cabo Delgado condiciona o acesso aos serviços financeiros, retarda a inclusão financeira e compromete a capacidade dos agentes económicos afectados de honrarem os seus compromissos com o sector bancário, com reflexos no incremento do risco de crédito e sistémico.

- **Factores climáticos adversos** voltaram a condicionar o desempenho da actividade económica, com destaque para o ciclone Freddy, que afectou as províncias da Zambézia, de Nampula, Manica e Sofala, em Março de 2023.

Como consequência do ciclone, várias propriedades imobiliárias aceleraram a sua desvalorização, por conta da exposição ao risco, o que influenciou a carteira de activos de bancos,

seguradoras e outras instituições financeiras que operam naquelas províncias.

Estes eventos resultaram na queda dos níveis de produção no País, em resultado da destruição de infra-estruturas, factores e meios de produção, dentre outros, influenciando a capacidade das famílias e empresas de honrarem os seus compromissos com o sector bancário, com impacto no incremento do risco de crédito.

- A pressão do sector público sobre o sistema financeiro manteve-se no primeiro semestre de 2023, agravando o **nível de endividamento público**

Tabela 1. Stock da dívida pública (mil milhões de meticais)

Descrição	Dez-21	Dez-22	Jun-23
Dívida externa	663,30	645,30	634,04
Dívida interna	226,40	281,55	309,94
Total da dívida	889,70	926,85	943,98

Fonte: Ministério da Economia e Finanças **interno** (Tabela 1).

Em termos acumulados, a dívida pública interna incrementou em cerca de 28 mil milhões de meticais no primeiro semestre do ano, a reflectir, essencialmente, o aumento do

financiamento por via de OT e emissão de bilhetes do Tesouro.

O financiamento interno do Estado, que absorve parte significativa dos recursos do sector bancário, tem potencial para incrementar o risco soberano, com reflexos no agravamento do risco sistémico, num cenário de subscrição de títulos públicos a elevadas taxas de juro.

2.2. Avaliação do risco sistémico

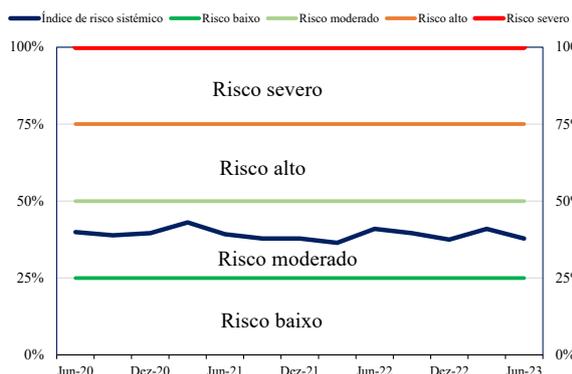
Em Junho de 2023, o sector bancário permaneceu estável, com o risco sistémico a fixar-se em 37,85%³, correspondente ao nível moderado, não obstante o agravamento dos níveis da dívida pública e a subida do NPL.

A manutenção do risco sistémico no nível moderado durante o semestre foi favorecida pelo abrandamento da taxa de inflação e pelo comportamento estável dos demais indicadores de risco.

Os gráficos 1 e 2 mostram a evolução do índice de risco sistémico e dos subíndices das categorias que o compõem.

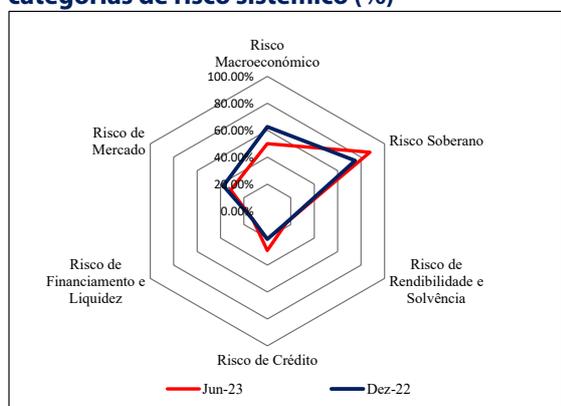
³ Após 37,50% em Dezembro de 2022.

Gráfico 1. Evolução do índice de risco sistémico



Fonte: BM

Gráfico 2. Evolução dos subíndices das categorias de risco sistémico (%)



Fonte: BM

A análise por categoria de risco permite constatar o seguinte:

2.2.1. Risco macroeconómico

Durante o primeiro semestre de 2023, o risco macroeconómico permaneceu no nível alto⁴, ainda que se situe no limiar inferior deste escalão.

⁴ O subíndice da categoria de risco macroeconómico fixou-se em 50,00% em Junho de 2023, depois de 62,50% em Dezembro e Junho de 2022.

Com efeito, o subíndice de risco da categoria reduziu consideravelmente e aproximou-se do nível de risco moderado, em resultado do abrandamento da inflação, que passou de 10,91%, correspondente a risco severo, em Dezembro de 2022, para 6,81%, correspondente a risco alto, em Junho de 2023.

Adicionalmente, o produto interno bruto (PIB) manteve a tendência para recuperação observada nos últimos trimestres, com uma taxa de crescimento homóloga de 4,67% em Junho de 2023, depois de 4,17% em Dezembro de 2022.

Comparativamente a Junho de 2022, os indicadores do risco macroeconómico tiveram uma evolução similar à registada durante o semestre em análise, e o risco macroeconómico também se manteve no nível moderado.

2.2.2. Risco soberano

Em Junho de 2023, o risco soberano continuou no nível severo⁵, devido à manutenção de níveis elevados de endividamento do Estado.

⁵ Em Junho de 2023, o subíndice da categoria de risco soberano fixou-se em 87,50%, depois de 75,00% e 87,50%, registados em Dezembro e Junho de 2022, respectivamente.

Ao analisarmos os subíndices que compõem esta categoria de risco verificamos que:

O rácio do crédito ao Governo sobre o crédito total fixou-se em 38,87% em Junho de 2023, depois de 44,11% em Dezembro de 2022, e manteve-se no nível de risco severo.

Em termos homólogos, o rácio do crédito ao Governo sobre crédito total permaneceu, igualmente, no nível de risco severo, não obstante a redução de 6,51 pontos percentuais registada no período.

O rácio da dívida pública sobre o PIB registou um agravamento e passou do nível de risco alto, em Dezembro de 2022, para risco severo, em Junho de 2023.

Esta variação foi influenciada pela subida da dívida total em cerca de 2%, concretamente na componente interna, que teve um incremento em torno de 10%, ainda que a componente externa tenha registado uma redução de aproximadamente 2%.

Em termos homólogos, o rácio da dívida pública sobre o PIB permaneceu no nível de risco severo.

2.2.3. Risco de rendibilidade e solvência

O risco de rendibilidade e solvência manteve-se no nível baixo⁶, sinalizando que o sistema continua rentável, financeiramente robusto e resiliente aos efeitos negativos das adversidades enfrentadas recentemente.

No que respeita a rendibilidade, os indicadores mostram que o sector bancário teve um desempenho financeiro positivo durante o primeiro semestre de 2023, com uma rendibilidade do activo (ROA) de 4,64%, e rendibilidade dos fundos próprios (ROE) de 18,38%, em Junho de 2023.

O bom desempenho do sector bancário no semestre, contribuiu para a manutenção da resiliência do sistema, com destaque para o rácio de solvabilidade de base que se fixou em torno de 26%, e continuou muito acima da percentagem mínima de 10% estabelecida por lei.

⁶ Em Junho de 2023, o subíndice da categoria de risco de rendibilidade e solvência fixou-se em 16,67%, cifra igualmente registada em Dezembro e Junho de 2022, respectivamente.

2.2.4. Risco de crédito

Em Junho de 2023, o risco de crédito permaneceu no nível moderado⁷, não obstante o agravamento do (NPL) no semestre, o qual transitou do nível de risco moderado em Dezembro de 2022, para alto no período em análise.

A manutenção do risco de crédito no nível moderado foi favorecida pela permanência do hiato do rácio crédito à economia/PIB em níveis negativos, mostrando que este rácio continua abaixo da sua tendência de longo prazo, e pelo fraco crescimento do crédito à economia que se fixou em 7,83% em Junho de 2023, correspondente ao nível de risco baixo.

2.2.5. Risco de financiamento e liquidez

O risco de financiamento e liquidez manteve-se no nível baixo⁸, reflectindo o crescimento brando do crédito à economia.

⁷ Em Junho de 2023, o subíndice da categoria de risco de crédito situou-se em 29,17%, depois de 20,83% e 29,17%, em Dezembro e Junho de 2022, respectivamente.

⁸ Em Junho de 2023, o subíndice da categoria de risco de financiamento e liquidez fixou-se em 12,50%, percentagem igualmente registada em Dezembro e Junho de 2022, respectivamente.

O rácio de cobertura de liquidez de curto prazo permaneceu no nível de risco baixo e fixou-se em 42,07% em Junho de 2023, depois de 69,79% e 68,81% em Dezembro e Junho de 2022, respectivamente.

O rácio de transformação de depósitos em empréstimos fixou-se em 49,35%, em Junho de 2023, depois de 47,09% em Dezembro de 2022, mantendo-se no nível de risco baixo. Em termos homólogos, o indicador manteve-se no nível de risco baixo.

2.2.6. Risco de mercado

Em Junho de 2023, o subíndice de risco de mercado permaneceu no nível moderado⁹, não obstante o aumento da *prime rate* do sistema financeiro durante o semestre.

A manutenção do risco de mercado neste nível foi favorecida pela estabilidade cambial durante o período.

Importa referir que o indicador rácio de depósitos em moeda estrangeira/depósitos totais registou um

⁹O subíndice da categoria de risco de mercado fixou-se em 31,25%, depois de 37,50% em Dezembro e Junho de 2022.

abrandamento e passou do nível de risco moderado, em Dezembro de 2022, para o nível de risco baixo, em Junho de 2023.

Os demais indicadores da categoria, nomeadamente rácio empréstimos em moeda estrangeira/depósitos totais e volatilidade cambial, mantiveram-se no nível de risco baixo.

III. DESEMPENHO DO SISTEMA FINANCEIRO

3.1. Sector bancário

O sector bancário manteve-se sólido e resiliente durante o período em análise, com crescimento de resultados e níveis adequados de capitalização e liquidez. Entretanto, no que concerne à qualidade do activo, o rácio do crédito em incumprimento situou-se em cerca de 10%, acima do *benchmark* convencional de 5,0%.

3.1.1. Níveis de concentração do sector bancário

Em Junho de 2023, o Índice Herfindahl-Hirschman (IHH)¹⁰ dos activos, depósitos e crédito do sector bancário situou-se em 1.434, 1.605 e 1.286 pontos, respectivamente, mantendo-se a concentração do mercado no nível moderado.

¹⁰ Método de avaliação do grau de concentração num mercado, muito utilizado por entidades nacionais e internacionais para medir a concorrência entre as instituições. É calculado através da soma dos quadrados das quotas de mercado das instituições que operam num mercado, e varia entre 0 e 10.000 pontos. Os valores entre 0 e 1.000 pontos traduzem que o nível de concentração do mercado é baixo; entre 1.000 e 1.800 pontos é moderado; e acima de 1.800 pontos é considerado elevado.

As três instituições de crédito domésticas de importância sistémica (D-SIBs), designadamente BCI, BIM e Standard Bank, representavam conjuntamente 60,99%, 64,97% e 54,07% dos activos, depósitos e crédito, respectivamente, do sector bancário no período em análise (Tabela 2).

Tabela 2. Concentração do sector bancário – Índice de Herfindahl-Hirschman

	Jun-22	Dez-22	Jun-23
IHH - Activos	1.503	1.533	1.434
Três maiores bancos (D-SIBs)	63,67%	64,45%	60,99%
Seis maiores bancos	81,73%	81,50%	80,10%
IHH - Depósitos	1.719	1.707	1.605
Três maiores bancos (D-SIBs)	68,45%	68,01%	64,97%
Seis maiores bancos	85,95%	85,96%	84,13%
IHH - Créditos	1.342	1.294	1.286
Três maiores bancos (D-SIBs)	55,53%	54,23%	54,07%
Seis maiores bancos	78,32%	78,14%	77,84%

Fonte: BM

3.1.2. Estrutura do balanço

3.1.2.1. Activo

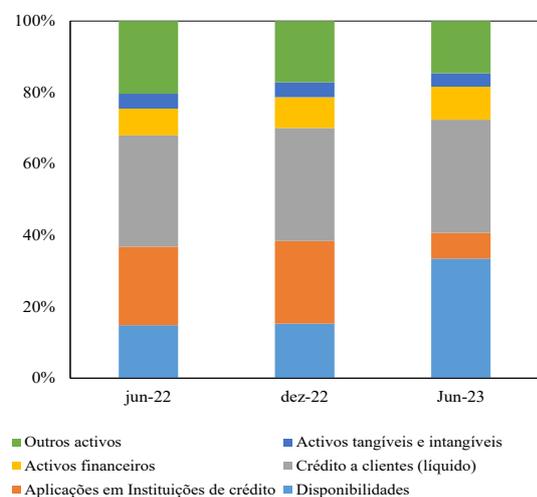
No final do primeiro semestre de 2023, o activo total ascendeu a 887 mil milhões de meticais, representando um crescimento de 3,67% e 4,77% em relação a Dezembro e Junho de 2022, respectivamente.

Esta variação positiva, em relação ao período homólogo de 2022, foi motivada, essencialmente, pelo crescimento das disponibilidades em 136,56% e activos

financeiros em 29,53%, atenuada pela queda das aplicações em instituições de crédito e outros activos em 65,47% e 24,86%, respectivamente.

Em termos de composição do activo, o sector bancário continuou a privilegiar o investimento em activos de elevada liquidez e rentabilidade.

Gráfico 3. Rubricas do activo



Fonte: BM

Os activos considerados mais líquidos e de menor risco, constituídos pelas disponibilidades, aplicações em instituições de crédito e activos financeiros, representaram 49,96% do total do activo (47,09% em Dezembro de 2022 e 44,30% em Junho de 2022).

O crédito líquido de imparidades continua a representar uma parcela substancial do balanço do sector bancário, registando o peso de 31,68%

(31,59% em Dezembro e 31,19% em Junho de 2022).

As rubricas “outros activos” e “activos tangíveis e intangíveis” representam 14,60% (17,17% em Dezembro de 2022 e 20,36% em Junho de 2022) e 3,77% (4,14%, em Dezembro de 2022 e 4,16%, em Junho de 2022) do activo, respectivamente.

3.1.2.2. Passivo e capitais próprios

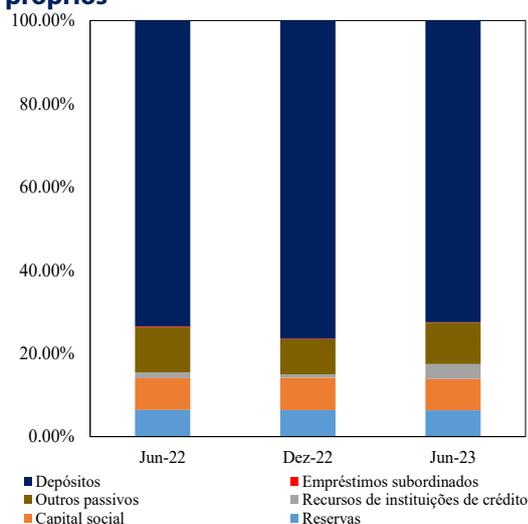
No período em análise, o passivo total do sector bancário ascendeu a 731 mil milhões de meticais, representando uma expansão de 28,8 mil milhões de meticais (4,10%) face ao valor alcançado no período homólogo de 2022. Esta variação resultou, fundamentalmente, do aumento dos recursos em instituições de crédito em 19,2 mil milhões de meticais em relação ao período homólogo.

Os depósitos, no valor de 615,5 mil milhões de meticais (dos quais 76,12% em moeda nacional e os restantes em moeda estrangeira), constituem a maior fonte de captação de recursos das instituições de crédito e representam cerca de 84,25% do passivo total.

Os capitais próprios do sector bancário ascenderam a 155 mil milhões de

meticais, representando um incremento de 8% em relação ao período homólogo do ano anterior. A variação anual desta rubrica deveu-se, basicamente, ao aumento dos resultados líquidos do exercício em 1,2 mil milhões de meticais, correspondente a 9% (Gráfico 4).

Gráfico 4. Rubricas do passivo e capitais próprios



Fonte: BM

3.1.3. Indicadores de solidez financeira

3.1.3.1. Adequação de capital

A adequação de capital do sector bancário, face à exposição aos riscos económicos e financeiros, manteve-se sólida durante o primeiro semestre de 2023.

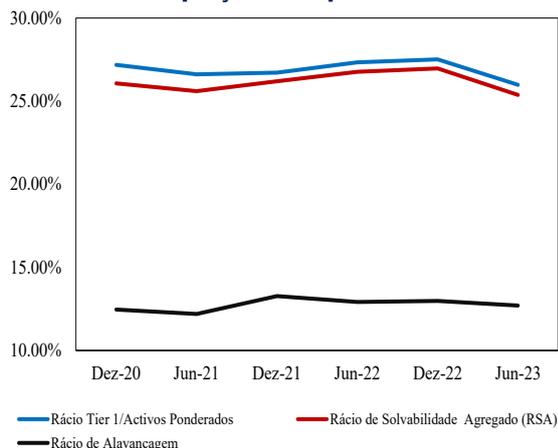
Neste contexto, o rácio de solvabilidade fixou-se em 23,33% (26,95% em Dezembro e 26,76% em Junho de 2022), muito acima do mínimo regulamentar

(12,0%). Em relação ao período homólogo, esta variação foi proporcionada pelo incremento dos activos ponderados pelo risco em 7,51% e dos fundos próprios em 1,25%.

O rácio Tier 1/Activos ponderados pelo risco situou-se em 26,02% (27,52% em Dezembro e 27,33% em Junho de 2022), acima do mínimo regulamentar (10,0%), impulsionado pelo crescimento do Tier 1 em menores proporções que os activos ponderados pelo risco. Esta variação traduz-se numa menor cobertura do capital de superior qualidade sobre os activos ponderados pelo risco (Gráfico 5).

O rácio de alavancagem, outro indicador de adequação do capital, que fornece a indicação da dimensão em que os activos são financiados pelos capitais próprios, fixou-se em 12,72% contra 12,97% em Dezembro e 12,92% em Junho de 2022 (Gráfico 5).

Gráfico 5. Adequação de capital



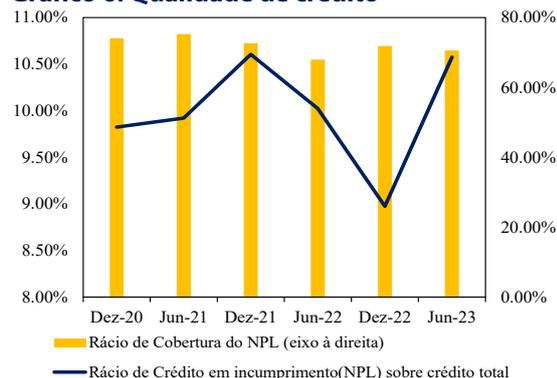
Fonte: BM

3.1.3.2. Qualidade de activos

A qualidade do activo, medida pela proporção do NPL sobre crédito total, manteve-se relativamente inalterada no período em análise. O rácio do NPL fixou-se em 10,58% (8,97% em Dezembro e 10,02% em Junho de 2022), cifra acima do *benchmark* convencional de 5,0%.

A cobertura do NPL pelas provisões específicas aumentou, tendo transitado de 67,99% em Junho de 2022 para 70,61% em Junho de 2023, depois de 71,84% em Dezembro de 2022 (Gráfico 6).

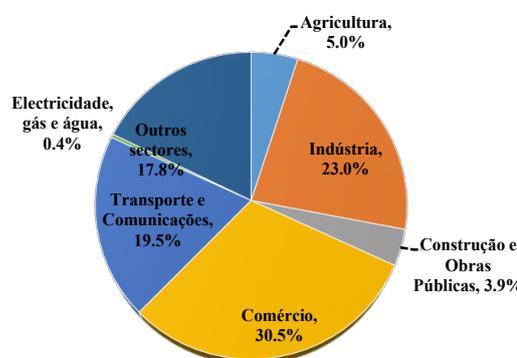
Gráfico 6. Qualidade de crédito



Fonte: BM

A nível sectorial, o Comércio registou em Junho último a maior parcela no total do NPL, com 30,50% (28,76% em Dezembro de 2022), seguido da Indústria, com 23,01% (21,53% em Dezembro de 2022), e Transportes e Comunicações, com 19,46% (20,38% em Dezembro de 2022), conforme o Gráfico 7.

Gráfico 7. Distribuição do NPL por sectores de actividade



Fonte: BM

3.1.3.3. Rendibilidade

No período em análise, o sector bancário continuou a registar lucros, pois os resultados líquidos do exercício aumentaram em 1,2 mil milhões de meticais fixando-se em 14,6 mil milhões de meticais em Junho de 2023.

Esta variação é justificada, fundamentalmente, pelo incremento da margem financeira em 4,4 mil milhões de meticais.

Em geral, os principais indicadores de rentabilidade registaram valores relativamente superiores aos do período homólogo (Tabela 3).

Tabela 3. Principais indicadores de rentabilidade

Descrição	Jun-22	Dez-22	Jun-23
ROA	4,46%	4,69%	4,64%
ROE	18,19%	19,13%	18,38%
Rácio de margem financeira	67,10%	68,50%	69,03%
Rácio <i>cost-to-income</i>	53,34%	53,87%	54,42%

Fonte: BM

A rentabilidade dos activos (ROA) fixou-se em 4,64% e a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) registou o valor de 18,38%.

O rácio da margem financeira mostra que cerca de 69% do produto bancário provém, parcialmente, da actividade de intermediação financeira (captação de poupança e concessão de crédito).

O rácio *cost-to-income* situou-se em 54,42%, registando um aumento de 1,09 pontos percentuais em relação ao período homólogo, o que indicia uma ligeira redução da eficiência bancária.

3.1.3.4. Liquidez e gestão de fundos

Em Junho de 2023, os principais indicadores de liquidez mantiveram-se em níveis elevados, comparativamente ao período homólogo de 2022, o que permite assegurar a continuidade das

operações de financiamento do sector bancário (Tabela 4).

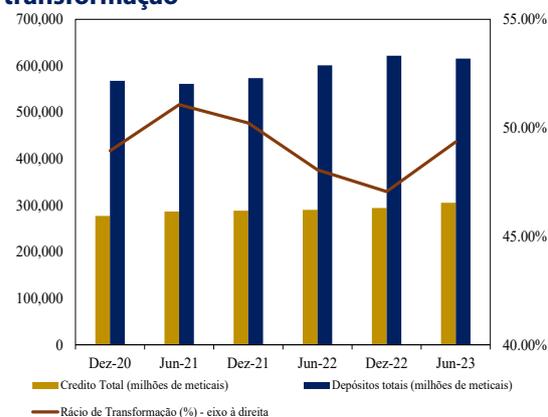
Tabela 4. Principais indicadores de liquidez (%)

Descrição	Jun-22	Dez-22	Jun-23
Rácio A. líquidos/Dep. totais	68,22	69,15	44,03
Rácio A. líquidos/total do activo	48,65	50,50	30,72
Rácio C. liquidez de curto prazo	68,81	69,79	42,07
Rácio de transformação	48,07	47,06	49,35

Fonte: BM

O rácio de transformação dos depósitos em crédito situou-se em 49,35%, devido ao incremento do crédito em 5,24%, que superou o ritmo de crescimento dos depósitos, de 2,40% (Gráfico 8).

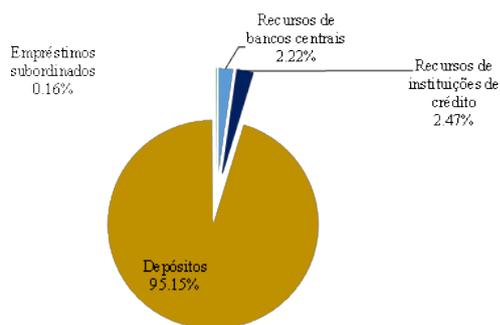
Gráfico 8. Crédito, depósitos e rácio de transformação



Fonte: BM

Enquanto isso, os depósitos continuaram a representar a principal fonte de financiamento do sector bancário, com um peso superior a 95,15% do total (98,76% em Dezembro e 98,02% em Junho de 2022), tendo as restantes fontes de recursos mantido um peso residual (Gráfico 9).

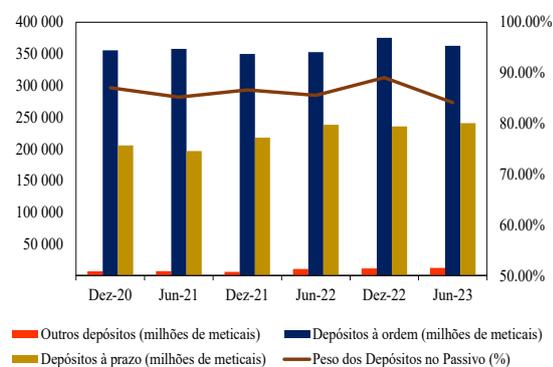
Gráfico 9. Fontes de financiamento do sector bancário



Fonte: BM

No que respeita à estrutura, 58,95% corresponde aos depósitos à ordem, 39,08% aos depósitos a prazo e 1,97% a outros depósitos. Tanto os depósitos à ordem como a prazo registaram aumentos equivalentes a 3% e 1%, respectivamente, quando comparados com o período homólogo de 2022, contribuindo, desta forma, para o contínuo reforço dos fluxos de financiamento do sector bancário (Gráfico 10).

Gráfico 10. Fontes de financiamento do sector bancário



Fonte: BM

Caixa 1. Ciclos financeiro e de negócios em Moçambique

O ciclo financeiro é definido como o desvio de variáveis financeiras (normalmente o rácio do crédito à economia em relação ao PIB) face à sua tendência de longo prazo. Este ciclo é caracterizado por períodos de expansão seguida de retracção da actividade financeira.

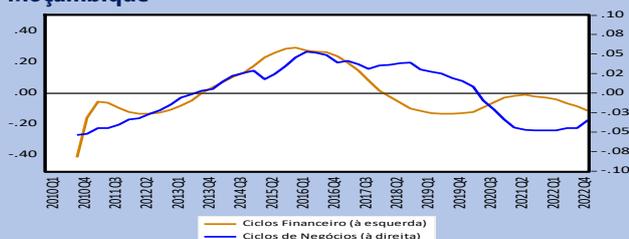
Por sua vez, os ciclos de negócios referem-se ao desvio da actividade económica real em relação à sua tendência de longo prazo, caracterizado por períodos de expansão seguidos de recessão da actividade económica. Essencialmente, o ciclo de negócios indica a posição da economia em relação ao seu nível de equilíbrio e prováveis impactos sobre a evolução da inflação.

O gráfico abaixo mostra a evolução dos ciclos de negócio e financeiro em Moçambique¹¹, para o período de 2010Q1 a 2022Q4, indicando que, no final do período em análise, tanto o ciclo financeiro como o ciclo de negócios estão abaixo do potencial e distanciam-se da sua tendência de longo prazo, situação que denota a contracção da actividade económica.

Os factores que justificam tal desempenho estão relacionados com a contínua degradação do ambiente de investimento devido à instabilidade militar na zona norte em Cabo Delgado, os factores climáticos adversos, o agravamento do endividamento do sector público e a confiança do país no mercado internacional. A duração mais longa do ciclo financeiro que a do ciclo de negócios exige que a condução da política monetária seja mais *forward-looking*, a fim de encontrar o equilíbrio certo entre a

manutenção da estabilidade macroeconómica e da estabilidade financeira, dadas as diferenças nas durações dos seus ciclos¹². Do lado macroprudencial, a identificação conjunta dos ciclos financeiro e de negócios, historicamente e em tempo real, complementada com a análise do risco sistémico no país e de outras variáveis financeiras, permitirá a escolha de medidas de política apropriadas¹³ para o amortecimento dos impactos na estabilidade monetária e financeira.

Gráfico 11. Ciclos financeiro e de negócios em Moçambique



Fonte: INE e BM

¹¹ A determinação dos ciclos foi feita mediante o uso do filtro Hodrick-Prescott (HP filter), metodologia recomendada pelo Comité de Basileia III como apropriada para o efeito.

¹² Por exemplo, em períodos em que o ciclo financeiro se expande consideravelmente ou atinge um nível alto durante uma contracção do ciclo de negócios, a flexibilização da política monetária com o objectivo de estimular a economia pode levar a uma maior acumulação de riscos para a estabilidade financeira, porque os custos de empréstimos mais baixos encorajam uma maior expansão do crédito e aumento dos preços dos activos.

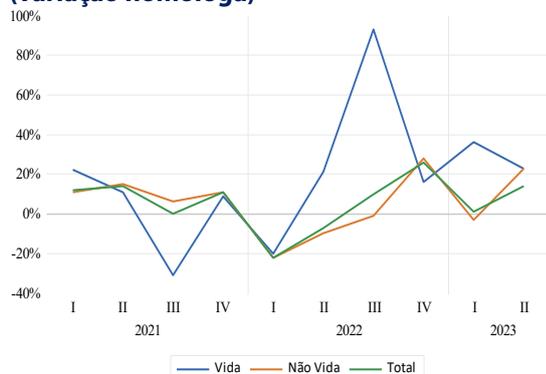
¹³ Tais medidas podem incluir a exigência de maiores amortecedores anticíclicos e o uso de rácios de *loan-to-value* (LTV) mais rígidos, em circunstâncias, por exemplo, de rápido crescimento dos preços das habitações e crédito (em vez de apenas crédito), uma vez que recessões associadas às grandes variações nas duas variáveis financeiras são mais longas e mais profundas. Podem incluir ainda a utilização de amortecedores de capital ou liquidez, que teriam que ser maiores para casos em que os mercados tendem a sofrer recessões mais profundas, com desacelerações financeiras mais severas, as quais, pelo menos até à crise financeira global de 2007-2009, aconteciam com mais frequência nos mercados emergentes.

3.2. Sector de seguros

O sector de seguros mostrou-se resiliente face à conjuntura económica doméstica e internacional, afectada pelos riscos e incertezas resultantes da instabilidade militar na zona norte do país e factores climáticos adversos; e do conflito geopolítico entre a Rússia e a Ucrânia.

No primeiro semestre de 2023, a produção global do sector de seguros em Moçambique cresceu 14%, ao passar de cerca de 4,6 mil milhões de metcais (Junho de 2022) para 5,2 mil milhões de metcais (Junho de 2023). Este crescimento foi influenciado pela evolução dos prémios brutos emitidos nos segmentos vida e não vida, em 23% e 12%, respectivamente (Gráfico 12).

Gráfico 12. Produção global das seguradoras (variação homóloga)

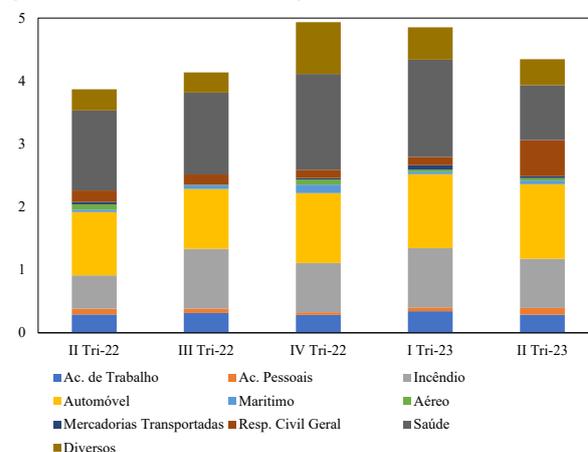


Fonte: ISSM

Este desempenho das seguradoras foi determinado pela crescente procura dos

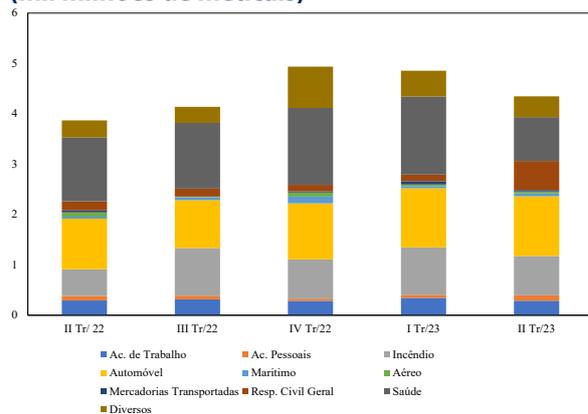
seguros de saúde, automóvel, incêndio e acidentes de trabalho (Gráfico 13).

Gráfico 13. Contribuição dos sectores não vida (mil milhões de metcais)



Fonte: ISSM

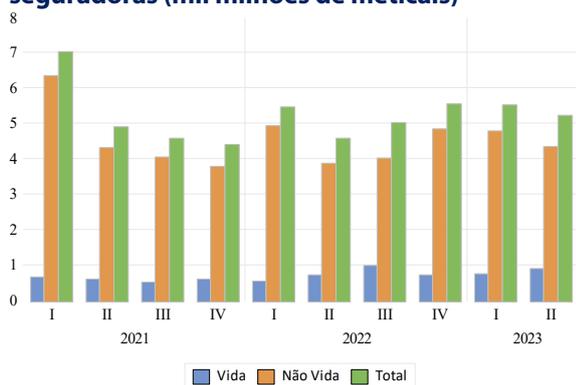
Gráfico 14. Contribuição dos sectores não vida (mil milhões de metcais)



Fonte: ISSM

Em termos absolutos, no semestre em análise, a produção total reduziu-se em 0,3 mil milhões de metcais, reflectindo a queda da produção do ramo não vida, em 0,4 mil milhões de metcais (Gráfico 14).

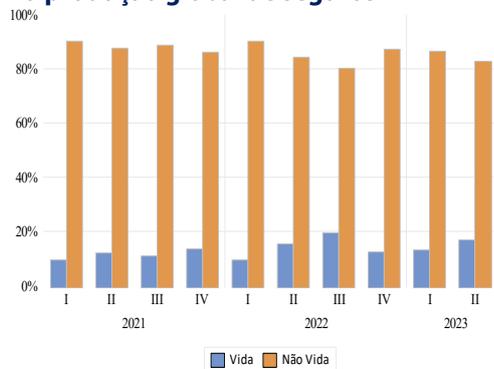
Gráfico 15. Produção global das empresas seguradoras (mil milhões de meticais)



Fonte: ISSM

No que respeita à estrutura global do sector de seguros, o ramo não vida continua a representar a maior quota do mercado, situando-se em 83% (Gráfico 15).

Gráfico 16. Peso dos ramos não vida e vida na produção global de seguros



Fonte: ISSM

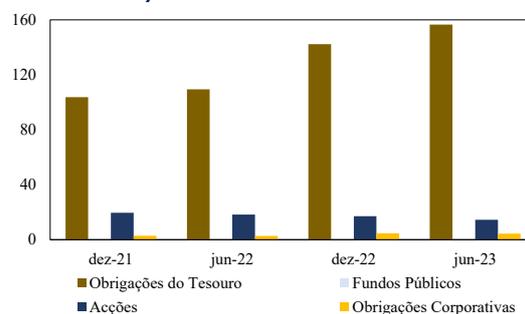
A evolução do peso do ramo não vida, na estrutura global da actividade seguradora no País, deveu-se ao crescimento dos prémios brutos emitidos para os seguros relativos à responsabilidade civil geral (341%) e a acidentes pessoais (165%), os quais tiveram a maior procura no semestre.

3.3. Mercado de Valores Mobiliários

Em Junho de 2023, a capitalização bolsista situou-se em 175 mil milhões de meticais, representando um incremento de cerca de 7% comparativamente a Dezembro de 2022 (164 mil milhões de meticais) e 35% em relação ao período homólogo de 2022 (130 mil milhões de meticais).

O aumento em causa continua a ser influenciado pelo desempenho das OT, com tendência crescente (Gráfico 16).

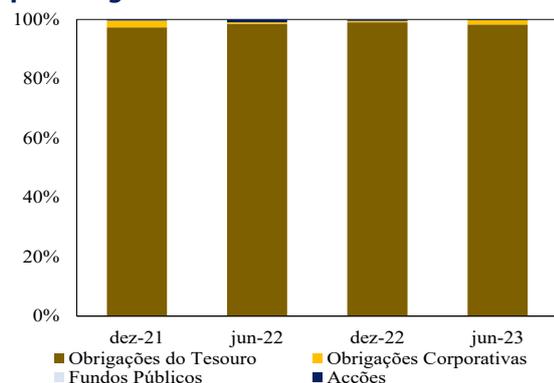
Gráfico 17. Capitalização bolsista (mil milhões de meticais)



Fonte: BVM

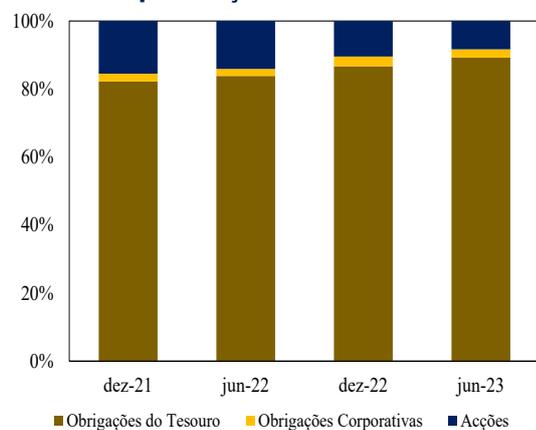
No que respeita à estrutura dos títulos transaccionados na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), as OT representaram, no período em análise, 89% da capitalização bolsista (87% em Dezembro de 2022 e 84% em Junho de 2021), sinalizando o peso cada vez mais expressivo do Estado no segmento de valores mobiliários (gráfico 17).

Gráfico 19. Peso do volume de transacções por categoria de valores mobiliários



Fonte: BVM

Gráfico 18. Peso dos diversos segmentos do MVM na capitalização bolsista



Fonte: BVM

O aumento do peso das OT na capitalização bolsista poderá agravar o risco soberano a que estão sujeitos os detentores destes títulos, com destaque para os integrantes dos sectores bancário e de seguros, influenciando, de igual modo, o risco sistémico e a estabilidade financeira em geral.

De modo análogo, no que concerne ao volume de transacções por categoria de valores mobiliários, as OT continuam a registar o maior peso, com cerca de 98%

do total no período em análise, com obrigações corporativas e as acções a completar o escalonamento (Gráfico 18).

O financiamento corporativo privado continua sem expressão no mercado de capitais, o que é atestado pelo reduzido volume de transacções nos segmentos das acções e obrigações corporativas no semestre em apreço.

No concernente às emissões cotadas na bolsa (Tabela 5), também se observa o maior peso das OT, que representam 60% do total, seguido das acções e obrigações corporativas com 20% cada.

Tabela 5. Emissões cotadas na BVM

	dez-21	jun-22	dez-22	jun-23
Obrigações do Tesouro	33	34	39	40
Obrigações Corporativas	9	9	13	13
Fundos Públicos	0	0	0	0
Acções	12	11	12	13
Papel Comercial	0	0	1	0
Total	54	54	65	66

Fonte: BVM

As taxas de juros das obrigações corporativas apresentam-se abaixo da *prime rate* do sistema financeiro moçambicano (Gráfico 19) desde Dezembro de 2021, devido à subida da taxa de juro de política monetária (200 pontos base em Março de 2022 e 200 pontos base em Setembro de 2022).

A manter-se este cenário, o financiamento com recurso ao Mercado de Valores Mobiliários (MVM) apresenta-se como uma alternativa menos onerosa comparativamente ao financiamento do sector bancário.

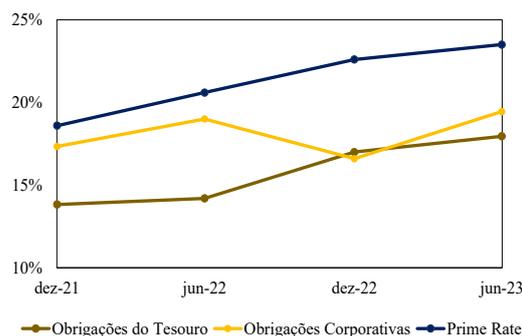
IV. DECISÕES DE POLÍTICA MACROPRUDENCIAL

O BM define e executa a política macroprudencial, ao nível do sector bancário, bem como analisa regularmente o sistema financeiro para identificar vulnerabilidades e riscos actuais e futuros, em cenários mais prováveis e adversos. Isto é, identifica, acompanha e avalia os riscos sistémicos.

O objectivo da política macroprudencial é tornar o sistema financeiro resiliente à absorção de riscos, garantindo níveis adequados de intermediação financeira e contribuindo para o crescimento económico sustentável.

No primeiro semestre de 2023, o BM decidiu manter as medidas de política macroprudencial já estabelecidas para mitigação do risco sistémico, designadamente:

Gráfico 20. Taxas de juros das obrigações cotadas na BVM e *prime rate*



Fonte: BVM

- Amortecedor de conservação para os D-SIBs fixado no mínimo de 2,0%;
- Amortecedor de conservação para os Quase D-SIBs fixado em 1,0%;
- Limite de 100,0% no rácio LTV na concessão de crédito aos clientes das instituições de crédito;
- Limite de 100% no rácio DTI nos empréstimos aos clientes pelas instituições de crédito.

Caixa 2. Teste de esforço de solvência macroprudencial

O teste de esforço de solvência macroprudencial (STMaP) é uma das ferramentas de monitoria que as autoridades macroprudenciais usam para avaliar a resiliência do sector bancário a riscos e perturbações que afectam o sistema financeiro e a economia. Em contraposição ao teste de esforço microprudencial, usado especificamente para instituições individuais, que se baseia nas suas próprias assumpções, a abordagem macroprudencial considera o sector bancário como um todo e todas as instituições envolvidas no processo utilizam pressupostos homogéneos para os seus exercícios de simulação.

O teste de esforço de solvência é realizado em todos os exercícios económicos e abrange as instituições financeiras sistemicamente importantes, podendo incluir as demais instituições bancárias, sem perder de vista a avaliação do custo/benefício desta inserção, num cenário em que as instituições sistémicas detêm uma percentagem significativa dos activos do sector bancário.

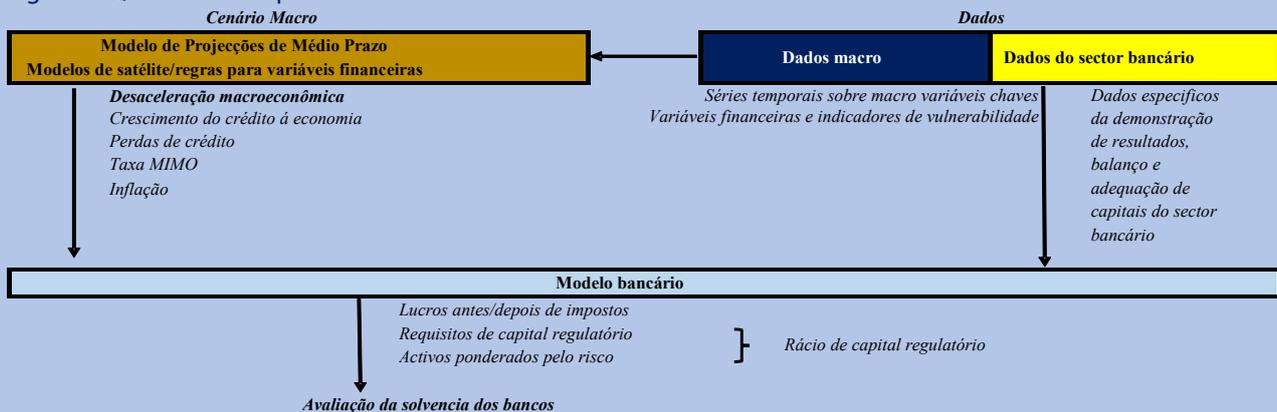
Os exercícios de teste de esforço estimam potenciais perdas e insuficiências de capital no sector bancário, resultantes de cenários severos e plausíveis num horizonte de pelo menos três anos. Efectivamente, este exercício procura avaliar os efeitos de factores específicos de risco que possam afectar negativamente a posição de solvência ou o perfil de liquidez de uma instituição financeira.

O STMaP pode ser utilizado para múltiplos propósitos, com destaque para testes gerais de resiliência do sistema financeiro (incorporando o *feedback* do sector financeiro nas simulações) e como ferramenta empírica de avaliação do nível apropriado do amortecedor contracíclico de capital (CCyB).

Quadro do exercício de teste de esforço macroprudencial do sistema financeiro doméstico

O exercício de teste de esforço de solvência macroprudencial consiste num conjunto de modelos macrofinanceiros, nomeadamente um modelo macro e um modelo bancário, complementados com outros modelos satélites e de regras simples (Figura 1).

Figura 1. Quadro do BM para o STMaP de solvência



Estrutura do modelo

A estrutura do modelo apresenta:

- Um conjunto de dados macro com séries temporais sobre as principais variáveis macro, variáveis financeiras e indicadores de vulnerabilidade;
- Um conjunto de informações financeiras contendo a demonstração de resultados de cada banco, balanço patrimonial e dados de adequação de capital;
- Um modelo macro para avaliar a interacção das principais variáveis macro e construir caminhos coerentes para as variáveis macro relatadas no cenário adverso;
- Modelos satélites e regras simples para prever variáveis que não fazem parte do modelo macro;
- Ferramentas de cálculo de perda de crédito nos exercícios económicos sujeitos ao esforço;
- Uma verificação cruzada da gravidade do cenário proposto para o choque de modo a manter uma narrativa coerente e plausível;
- Um modelo bancário para projectar a demonstração de resultados, balanço e adequação de capital dos bancos.

Calibração de um cenário de choque severo e plausível

Este passo envolve pelo menos dois procedimentos, nomeadamente:

- Selecção de choques negativos à economia com base na avaliação dos riscos e vulnerabilidades;
- Geração de um macrocenário consistente por via da introdução dos choques negativos no macromodelo; e
- Reverificação das variáveis macroeconómicas fundamentais e avaliação da severidade do cenário de esforço equiparado com o cenário de base.

Teste de esforço de solvência macroprudencial – Moçambique

O BM iniciou um exercício de teste de esforço de solvência macroprudencial para o sector bancário, por ser um instrumento útil para medir a resiliência dos bancos num cenário macroeconómico adverso.

No exercício em alusão, abrangendo o período 2023-2027, foram impostos à economia moçambicana os seguintes choques adversos: eventos climáticos severos, instabilidade militar, instabilidade política e uma elevada dívida pública.

Como resultado deste cenário severo, constatou-se que a **rentabilidade** do sector bancário registou uma ligeira deterioração durante os primeiros dois anos (2023 e 2024) do período analisado, permanecendo, contudo, rentável, tendo nos anos subsequentes do período (2025 a 2027) retomado os níveis de rentabilidade historicamente observados.

No que respeita ao requisito de adequação de capital, o resultado do teste de esforço imposto, no mesmo período de avaliação, mostra que o sector bancário doméstico cumpre esse requisito com larga margem e que o sector é robusto do ponto de vista de capitalização.

Glossário

Activos ponderados pelo risco – expressão conhecida internacionalmente por *risk weighted asset* (RWA), corresponde ao resultado da ponderação de cada activo por um coeficiente de risco para efeitos de cálculo do rácio de solvabilidade. A sua determinação obedece aos requisitos estipulados no Aviso n.º 09/GBM/2017, de 05 de Junho.

Cost-to-income – indicador calculado pela relação entre custos operacionais e o produto bancário, que mede a eficiência da organização.

Fundos próprios – conceito utilizado na supervisão bancária como referência fundamental para a aplicação de vários rácios e diversas normas prudenciais.

Imparidades – com origem no termo em inglês *impairment*, corresponde ao valor contabilístico registado nas demonstrações financeiras para fazer face a perdas esperadas relacionadas com os activos. Este montante deve ser deduzido do valor do respectivo activo, com o objectivo de corrigir o seu valor tendo em conta a probabilidade de perdas associadas.

NPL – sigla em inglês da expressão *non-performing loans*. Corresponde aos créditos não produtivos, ou seja, créditos que não geram fluxos positivos e rentabilidade aos bancos.

Produto bancário – conjunto das receitas operacionais recebidas por uma instituição financeira: comissões, juros, *trading*, operações interbancárias.

Provisões regulamentares – valores reconhecidos para fazer face a perdas relacionadas com as actividades das instituições financeiras. Estas são constituídas de acordo com o regime prudencial determinado pelas autoridades de supervisão.

Rácio de solvabilidade – quociente entre fundos próprios e os activos ponderados pelo risco.

Riscos – factores associados a incertezas e que, em caso da sua materialização, apresentam impactos no capital e nos resultados.

ROA – sigla em inglês de *return on assets*, correspondente à rentabilidade dos activos, que se obtém pela divisão do resultado líquido pelo activo total e mede o lucro gerado por cada unidade monetária de activos.

ROE – sigla em inglês de *return on equity*, correspondente à rentabilidade dos capitais próprios, que se obtém pela divisão do resultado líquido pelos capitais próprios.

TIER I – expressão em inglês que corresponde aos fundos próprios de base (Nível 1), os quais incluem o capital de melhor qualidade (capital social, reservas e resultados transitados) e respondem em primeira linha aos compromissos assumidos pela instituição.

Vulnerabilidades – conjunto de características que evidenciam as fraquezas de um determinado sistema.

Anexo 1. Principais indicadores de solidez financeira

Descrição	Jun-21	Dez-21	Jun-22	Dez-22	Jun-23
Adequação de capital					
Rácio de solvabilidade agregado	25,59%	26,20%	26,76%	26,96%	23,33%
Rácio <i>Tier I</i> /Activos ponderados pelo risco	26,61%	26,72%	27,33%	27,52%	26,02%
Rácio de alavancagem	12,20%	13,27%	12,92%	12,97%	12,72%
Qualidade de activos					
Rácio de NPL	9,92%	10,18%	10,02%	8,97%	10,58%
Rácio de cobertura do NPL (eixo à direita)	75,26%	68,48%	67,99%	71,84%	70,61%
Rendibilidade					
ROA	3,84%	3,93%	4,46%	4,69%	4,64%
ROE	16,49%	17,52%	18,19%	19,13%	18,38%
Rácio da margem financeira	64,88%	64,08%	67,10%	68,50%	69,03%
Rácio <i>cost-to-income</i>	57,08%	53,75%	53,34%	53,87%	54,42%
Liquidez e gestão de fundos					
Rácio Activos líquidos/Depósitos totais	58,52%	67,98%	68,22%	69,15%	44,03%
Rácio Activos líquidos/Total do Activo	41,17%	47,89%	48,65%	50,49%	30,72%
Rácio de cobertura de liquidez de curto prazo	56,90%	68,30%	68,81%	69,79%	42,07%
Rácio de transformação dos depósitos em crédito	51,07%	50,22%	48,07%	47,09%	49,35%

